

A UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS EM SOLEDADE (RIO GRANDE DO SUL, 1989- 1990)

THE USE OF AGROCHEMICALS IN SOLEDADE (RIO GRANDE DO SUL, 1989-1990)

MÁRCIO COMIN¹

RESUMO

O artigo tem o objetivo de investigar a utilização dos agrotóxicos em Soledade, município do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1989 e 1990. O uso intensivo de químicos nas lavouras foi historicamente associado à disseminação do pacote tecnológico da Revolução Verde, adotado no Brasil na década de 1950. Esta tecnologia fez parte do processo de modernização da agricultura que tinha como premissa o aumento da produção e da produtividade. Para a presente investigação, o estudo emprega os referenciais conceituais e metodológicos da História Ambiental, bem como utiliza fontes jornalísticas e fontes orais. Concluiu-se que variados problemas ambientais importantes estiveram ligados ao uso intensivo dos agrotóxicos na referida região, tais como a contaminação de pessoas, animais e mananciais hídricos, colaborando na estigmatização do agricultor que foi socialmente responsabilizado pelos acidentes com químicos.

Palavras-Chave: Agrotóxicos. Imprensa. História Ambiental. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The article aims to investigate the use of pesticides in Soledade, a municipality in Rio Grande do Sul, between the years 1989 and 1990. The intensive use of chemicals in the fields has historically been associated with the spread of the technological package of the Green Revolution, adopted in Brazil in the 1950s. This technology was part of the modernization process of agriculture, which aimed at increasing production and productivity. For the present investigation, this study employs the conceptual and methodological frameworks of Environmental History, using press and oral sources. It was concluded that various significant environmental problems were linked to the intensive use of pesticides in the mentioned region, such as the contamination of people, animals, and water sources, contributing to the stigmatization of the farmer who was socially held responsible for chemical accidents.

¹ Professor da Rede Estadual e Municipal de Ensino de Soledade/RS, Pós-graduado em Gestão Democrática Escolar pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo - UPF, na linha de pesquisa Economia, Espaço e Sociedade. *E-mail* do autor: cominmarcio1@gmail.com

Keywords: Pesticides. Press. Environmental History. Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Os avanços na agricultura nas últimas décadas podem ser atribuídos a fatores como o uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes melhoradas e amplo emprego da mecanização. A disseminação desse pacote tecnológico esteve vinculada à expansão das ideias da Revolução Verde pelo mundo, ocorrida na segunda metade do século XX.

O termo "Revolução Verde" surgiu em 1968, citado por William S. Gaud, que trabalhou na Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Gaud utilizou o termo em uma comunicação realizada à Sociedade para o Desenvolvimento Internacional e logo a nomenclatura se popularizou se disseminando nos anos seguintes. Norman Borlag, um dos diretores das pesquisas agrícolas patrocinadas pela Fundação Rockefeller no México, também utilizou o termo na ocasião do recebimento do Prêmio Nobel da Paz, potencializando o reconhecimento internacional da expressão (Picado, 2011).

O termo foi adotado no Brasil sob o estigma de modernização da agricultura, um processo modernizador para o campo brasileiro que tinha como premissa a necessidade de aumentar a produção e a produtividade das lavouras. No entendimento do governo brasileiro, o campo estava atrasado, produzindo de forma obsoleta frente a outros países. Não havia nenhuma cultura de destaque para a exportação, como ocorreu em outros momentos históricos com culturas como a cana-de-açúcar, o algodão e o café. Nessa perspectiva, o atraso do campo poderia ser superado, de acordo com a visão governista, com a introdução de métodos mais modernos que promovessem o desenvolvimento da agricultura através de novas tecnologias e prometiam trazer o progresso para os agricultores.

As modificações trazidas pela modernização agrícola a partir da segunda metade do século XX foram sentidas também no município de Soledade. É possível constatar que as transformações na agricultura, com a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, foram aos poucos sendo integradas na

realidade local. O uso de agrotóxicos foi uma peça fundamental no controle de pragas, doenças e fertilização das áreas de cultivo. Notamos que o uso desses insumos modernos foi se popularizando na referida cidade ao longo do período histórico estudado, devido ao trabalho da extensão rural, aos projetos e campanhas articulados pelo Estado e ao papel desempenhado pela imprensa jornalística, que se empenhou em noticiar as novas tecnologias disponíveis.

Realizadas essas considerações, destacamos que o objetivo central deste artigo é interpretar como o jornal *Folha de Soledade* noticiou a utilização de agrotóxicos nas lavouras de Soledade entre os anos de 1989 e 1990. O estudo parte de uma questão problematizadora, que buscou responder como o jornal se posicionou diante dos impactos ambientais causados pela ampliação do uso dos agrotóxicos nas plantações.

Justifica-se a importância dessa pesquisa como forma de ampliar a compreensão da história rural na região norte do Rio Grande do Sul, através da interpretação das fontes jornalísticas e orais, que demonstram a relevância da atividade agrícola no município. Portanto, trata-se de uma oportunidade para colaborar com os esforços na pesquisa histórica, contribuindo para estender o conhecimento sobre a história local e regional. Não obstante, a cidade de Soledade tem especial interesse para o pesquisador que, atualmente, trabalha como professor em escolas do campo e teve a família vinculada à produção agrícola e que, portanto, viveu e presenciou o trabalho e as dificuldades do dia a dia do homem e da mulher rural, testemunhando a perda das propriedades rurais familiares ao longo dos anos 1980 e 1990. Considera-se, portanto, o presente estudo, uma oportunidade de se compreender historicamente os eventos regionais de Soledade a partir de sua inserção no quadro mais amplo das transformações da produção agrícola em âmbito nacional.

Quanto à metodologia empregada para interpretação das fontes de imprensa, utilizou-se a análise de conteúdo, que possibilita a interpretação quantitativa e qualitativa dos dados. Em termos teóricos conceituais, a escolha foi pela abordagem da História Ambiental, que nos traz elementos para articular o resultado da pesquisa com a interpretação do processo histórico em foco.

Como fonte principal para a pesquisa, está o jornal *Folha de Soledade*, no qual podemos acessar informações que nos auxiliaram a recompor o processo

de modernização da agricultura em Soledade. Disponível na forma impressa no Arquivo Histórico Municipal e de modo geral, se apresentava em bom estado de conservação. Utilizou-se ainda, como fonte de pesquisa, a História Oral, que possibilitou reconstruir a memória, partindo do ponto de vista daqueles homens e mulheres que viveram o processo de modernização da agricultura. Esse recurso expressa uma prática de apreensão de narrativas feitas através do uso de equipamentos eletrônicos, destinados a recolher os testemunhos, promover a análise dos processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato. Além disso, é um recurso para a elaboração de documentos, arquivamentos e estudos de pessoas ou grupos sociais (Meihy, 2005).

1. OS JORNAIS COMO FONTE DE PESQUISA

A documentação oficial, produzida por vários órgãos e instâncias dos governos são fontes de pesquisa clássicas e seguem sendo referências importantes para a investigação histórica e são utilizados pela História Ambiental (Gallini, 2004, p. 155), porém não é a única. A utilização de fontes jornalísticas como *corpus* documental para a pesquisa no campo da História é um fenômeno relativamente recente, e vem ganhando espaço cada vez mais amplo entre os pesquisadores que podem se utilizar de uma gama variada de informações disponibilizadas por acervos espalhados pelo país. Uma parte desses, pode ser acessada livremente, de forma remota, através do uso da rede mundial de computadores facilitando o acesso entre pesquisador e fonte. Por outro lado, é comum a necessidade de agendamento e o deslocamento até os locais onde se encontram os acervos.

Enquanto objeto do estudo ou mesmo como fonte de pesquisa, os jornais têm fornecido muitos subsídios à História com uma quantidade extensa de edições que desde o século XIX foram produzidas em nosso país. Variando de jornais locais, regionais, especializados, militantes, de humor, entre outros. Os jornais podem ser estudados por meio da análise de suas mais variadas sessões: editoriais, colunas, artigos de opinião, cartas dos leitores, comunicações oficiais; dentre diversos outros campos conforme a configuração editorial encontrada. Permitem ao historiador a possibilidade de análise de um

campo vasto, conforme o recorte a que a pesquisa se propõe a estudar (Ferreira Leite, 2015, p. 04).

O acesso às fontes jornalísticas tem proporcionado a disseminação cada vez maior do conhecimento histórico. Tornando-se comum sua utilização em trabalhos acadêmicos variados. Trabalhos de conclusão de curso, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado que explicam não só a sua importância como documentação de pesquisa, como sua importante contribuição para o registro da História do Brasil.

Como apontam Ana Luiza Martins e Tânia de Luca (2006, p. 8) “os impressos que circularam no Brasil em duzentos anos, não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país”. Para as autoras “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente”.

A tendência no crescimento do uso dos jornais, vincula-se à inserção de novas metodologias e abordagens que os historiadores passaram a adotar. Em nosso país, tem como marco a década de 1970, período em que emergiu novas perspectivas na incorporação “de novos problemas, objetos e abordagens e redimensionando o olhar da História para o campo social, cultural e do cotidiano” (Ferreira Leite, 2015, p. 6). Esses novos olhares compõem a ampliação dos campos de pesquisa do historiador que, influenciados pela Escola dos Annales, posteriormente chamada de Nova História, pode superar as amarras que inicialmente ligava a História ao campo político e econômico onde levava-se em consideração apenas documentos considerados oficiais (Kreniski; Aguiar, 2011, p. 2). No campo da História Ambiental latino-americana o uso de jornais, como fonte, foi ampliado consideravelmente com o crescimento de registros jornalísticos sobre o homem com os ecossistemas (Gallini, 2004, p. 151-154).

Muitas vezes, os discursos alavancados pela mídia jornalística tendem a realizar narrativas conservadoras, geralmente apontando com eloquência para o crescimento e o desenvolvimento econômico. No entanto, esquecendo-se seguidamente dos problemas ambientais causados por esse processo de desenvolvimento (Gallini, 2004, p. 155). Nesse sentido, Pádua é enfático ao afirmar que a História não se dá no ar, mas em espaços ecológicos reais, transformados pela interação das sociedades (2010, p. 83). Ou seja, o homem,

ao se apropriar da natureza, cria as condições para a manutenção de seu modo de vida. Ao mesmo tempo, modifica, adapta e destrói os ecossistemas.

Todavia, essa trajetória da ascensão dos jornais como fonte de pesquisa histórica também é marcada por questionamentos. Como aponta Tânia de Luca:

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (De Luca, 2005, p. 112).

Além disso, até o início do século XX, era possível identificar posições opostas quanto ao uso de jornais como fontes históricas. Para Capelato (1988, p. 21) “os historiadores brasileiros assumiam posturas distintas com relação ao documento jornal: O desprezo por considerá-lo fonte suspeita ou, o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade”. Essa tendência permaneceu latente até as últimas décadas do século XX.

O posicionamento limitante do uso dos jornais como fonte até então, esteve atrelado à ideia de que esse veículo de comunicação retratava as ideologias e os interesses econômicos, políticos e culturais, enfim, a dimensão dos valores de determinada parcela da sociedade que detinha esse meio para divulgar, a seu modo, seus pontos de vista sobre os variados aspectos do cotidiano. Isso contribuía para formação de um pensamento coletivo, pois, como lembra Sônia Menezes (2012, p. 36) há “um complexo trabalho de sistematização e reflexão a qual estão submetidos os eventos antes de se tornarem objetos de apropriação através de sua escritura no espaço público”, ou seja, existe uma elaboração subjetiva daquilo que vai ou não ser noticiado.

Embora considerando a sua natureza tendenciosa, não se nega a importância da imprensa para o estudo da História do Brasil. Nesse sentido, argumenta Ferreira Leite (2015, p. 09) que “por meio dos jornais é possível identificar e compreender processos no interior das sociedades que dificilmente são encontrados de forma tão detalhada em outros tipos de fontes”. A partir dos questionamentos e das novas possibilidades de pesquisa histórica utilizando novas metodologias dimensionados pela perspectiva da escola dos Analles, a imprensa tornou-se uma possibilidade rica e variada para a construção do conhecimento histórico. Para Kreniski e Aguiar:

As pesquisas realizadas na história abrem-se para novas possibilidades, tendo uma nova abordagem para os acontecimentos históricos, estamos tratando agora da história de gênero, da criança, do operário das mulheres, não mais a história econômica e política como centro de estudo para construção da história, é o partir do micro para o macro. E são estas modificações nos temas a serem abordados que remetem o historiador a novas fontes, a novos questionamentos e novas interpretações e reflexões por parte dos historiadores (2011, p. 03).

Sendo assim, o uso da imprensa jornalística como fonte de pesquisa teve que superar determinados preconceitos do desenvolvimento inicial da historiografia, o que possibilitou novas perspectivas e ampliou o campo temático e documental para o historiador preocupado em reconstruir a História, dentre elas, a História Ambiental.

2. OS AGROTÓXICOS NAS LAVOURAS DE SOLEDADE/RS

O jornal local *Folha de Soledade*, fonte histórica principal desse estudo, foi fundado em 1984 por Paulo Diógenes Quevedo Borges que, além de proprietário, foi o editor do veículo de comunicação até 1997. Além disso, atuou como radialista e diretor, por mais de 30 anos, da Rádio Cristal de Soledade. Envolveu-se na política, em que foi vereador, assessor e chefe de gabinete. Trabalhou também como professor universitário e da rede estadual de ensino, editou obras voltadas para a história local, sendo um dos fundadores da Academia Soledadense de Letras.

Trata-se de um jornal por assinatura, que se encontra em funcionamento, com edições semanais e com circulação local, apesar de chegar a alguns municípios vizinhos e se destinava a uma gama variada de leitores desde sua fundação. As notícias presentes no recorte temporal estudado, apresentaram uma multiplicidade de temas em que podemos observar a ocorrência de propagandas, anúncios, notícias informativas, reportagens com teor político, econômico e cultural e alguns artigos de opinião. Portanto trata-se de um veículo de comunicação de temática livre (Silva; Franco, 2010, p. 07), ou seja, abrangia vários gêneros textuais.

A análise a que nos propomos limitou-se ao período de dois anos, desde 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1990, correspondente a um contexto histórico conturbado politicamente, e de grave crise econômica em nível nacional. Desse modo, examinamos noventa e seis edições da *Folha de Soledade*, sendo possível vincular dezesseis notícias ao nosso problema de pesquisa, porém, com intervalos espaçados, o que conferem um rol de narrativas fragmentadas e desconexas no que diz respeito a continuidade da notícia, tornando esse estudo bastante desafiador no sentido de reconstrução da História.

Antes de passarmos ao quadro de análise do jornal especificado, é importante estabelecer o conceito de agrotóxicos utilizados nesse trabalho. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Lei Federal 7.802 de 11.07.89, os agrotóxicos são definidos como:

Produtos ou agentes de processos físicos, químicos ou biológicos utilizados na produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, pastagem e proteção de florestas [...] cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos (Brasil, 1989).

Ou seja, são produtos que, quando aplicados, atuam na agricultura modificando a produção. De acordo com Peres, Moreira e Dubois (2003 p. 25), os agrotóxicos podem ser enquadrados em algumas categorias, de acordo com o seu alvo sendo: a) fungicidas, usados no controle de fungos, b) inseticidas; realiza o controle de insetos, c) herbicidas; controlam as ervas invasoras, d)

desfoliantes; combatem as folhas indesejadas e, e) os fumigantes; combatem as bactérias do solo.

Ademais, esses agentes possuem potencial não apenas para atuarem no controle de pragas e ervas daninhas, mas também, representam perigo à saúde humana, animal e a contaminação do solo e mananciais. Conforme Peres, Moreira e Dubois (2003, p. 28) foram classificados quanto a sua periculosidade ambiental em classes que variam de I a IV. Os produtos altamente tóxicos e prejudiciais à saúde e ao meio ambiente são considerados classe I e possuem, na embalagem, uma faixa vermelha. Os de classe II, considerados muito perigosos, com marcação amarela; Classe III, são produtos perigosos ao meio ambiente e saúde humana, sinalizados com a cor azul. Por sua vez, os de classe IV são entendidos como pouco tóxicos recebendo a cor verde.

Para Veiga (2007, p. 146) o modelo produtivo agrícola brasileiro baseia-se na utilização ampla de agrotóxicos que foram introduzidos no Brasil na “tentativa de corrigir os problemas relacionados ao solo, prevenindo e eliminando as pragas que pudessem colocar em risco a produção”. Buscava-se, assim, o aumento da produção e da produtividade”. Esse mesmo autor afirma que o Brasil é atualmente o país que mais consome agrotóxicos no mundo, colocando em contato direto com esses produtos ao menos 12 milhões de pessoas em nosso país.

A disseminação de agrotóxicos esteve associada a Revolução Verde e a promoção de uma agricultura agroindustrial, que se propagou por nosso país, a partir de 1950 e também, da implementação de um modelo de desenvolvimento conhecido como desenvolvimentismo. Este, se amparava no capital privado nacional e internacional e do Estado brasileiro, que direcionava as ações (Lignani, 2022, p. 339). Dessa forma, havia múltiplos interesses envolvidos que sustentavam a ideia comum de que a disseminação dos agrotóxicos compunha uma das etapas do desenvolvimento da ciência, da agricultura e da economia brasileira.

Nas linhas descritas do I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, realizados no governo de João Goulart e de Castelo Branco, percebia-se a importância dos agrotóxicos e dos fertilizantes, considerados peças chave para a expansão da produtividade agrícola no país (Lignani, 2018, p. 2).

Nesse sentido, no contexto brasileiro, buscou-se fomentar a instalação de indústrias e pela introdução de um maior número de produtos (agrotóxicos), que ficariam disponíveis aos agricultores. Além disso, através do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, de 1975 (PNDA), buscou-se ampliar a atuação de subsidiárias de empresas transnacionais e nacionais para produzir e distribuir os químicos. Ademais, o fornecimento de crédito subsidiado, através da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, garantiram as bases para o aumento do desempenho produtivo da agricultura (Lignani, 2018, p. 3-4).

Segundo Lignani (2021, p. 338), o PNDA teve duração de cinco anos e tinha como objetivo aumentar a produção de agrotóxicos no Brasil, diminuindo a dependência das importações. Nesse sentido, as empresas de químicos eram contempladas com financiamentos e isenções fiscais por parte do Estado brasileiro.

Nesse complexo cenário, surgem também estudos sobre os impactos ambientais e de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos. É o caso, por exemplo, do livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, que denunciou o uso indiscriminado de agrotóxicos, principalmente o DDT e sua capacidade de permanência no meio ambiente e nos animais, incluindo os humanos.

Conforme entende Lignani (2018, p. 1), essa obra foi considerada um ponto de inflexão na forma como nos relacionamos com os agrotóxicos, sendo essa mudança, o cerne do movimento ambientalista nos anos de 1960.

O jornal *Folha de Soledade*, noticiou ao longo do período histórico pesquisado a utilização dos agrotóxicos que se popularizaram na região de Soledade devido a modernização da agricultura. Esse processo que modificou a base técnica da atividade agrícola, vinha ocorrendo desde pelo menos 1960, no município, proporcionando aos agricultores o uso dos químicos como forma de melhorar as condições de produtividade da lavoura. Ao ganhar espaço no cotidiano dos agricultores, sob a propaganda da Revolução Verde de desenvolvimento econômico e aumento da produtividade, o uso intensivo dos agrotóxicos proporcionou experiências negativas sob o ponto de vista ambiental e humano.

Ao relatar sobre o uso de agrotóxicos, Morais, rememorou que:

Não gosto nem de lembra das porcarias que a gente passava, eu e o meu irmão, o Elmo; é o mais velho, estávamos passando veneno no trigo, na frente da nossa casa e era um veneno em pó, ia passando com aquela máquina manual para matar o pulgão, porque dava muito pulgão no trigo e era um dia de vento forte, meu irmão começou a respirar aquele pó; eu lembro até hoje o nome, Perfekthion, era um resíduo de outros países, que não prestava lá e mandavam para cá para nós passar. Meu irmão saiu lá de fora, chegou no hospital em Soledade quase morto, o médico daqui tinha atendido um rapaz com o mesmo problema, era o Perac Valandro, filho do finado João Valandro, ele tratou o meu irmão que teve de ser entubado e conseguiu salvar o Elmo. Consegui salvar meu irmão que é vivo até hoje, têm 66/68 anos, mas ficou com sequelas para o resto da vida. É assim que a gente fazia porque não tínhamos instrução de uma pessoa que tivesse estudo sobre aqueles produtos químicos (Morais, 2022, p. 04).

Percebe-se pelo depoimento de Moraes (2022, p. 4) que os acidentes causados pelo contato com agrotóxico derivam, em parte, pela falta de orientação técnica adequada e do uso de equipamentos de segurança. Além disso, o agrotóxico citado por Moraes, era um inseticida organofosforado de classe toxicológica I, extremamente tóxico, produzido pela Basf e causador de uma série de complicações à saúde, como irritação cutânea e ocular grave, potencialmente nocivo por inalação e ingestão. No que se refere ao meio ambiente, a bula afirma ser perigoso para a fauna, incluindo abelhas e outros insetos polinizadores. É um produto altamente móvel, podendo afetar áreas vizinhas e recomendava, ainda, que o agricultor não voltasse à área de aplicação até sete dias e após 15, poderia ir ao local usando equipamentos de proteção (Perfekthion, 2012). Esse exemplo, contribui para mostrar o perigo a que estavam submetidos os agricultores que aplicavam esse químico.

Como informou o jornal pesquisado, no ano de 1989 houve uma denúncia, exposta nas páginas da *Folha de Soledade*, na qual um morador de Água Branca, interior do município, declarou à Associação dos Engenheiros Agrônomos a contaminação de um rio chamado popularmente de *Taquara da Lixa*. Conforme mencionou a reportagem de 25 de março de 1989, intitulada “Outro rio contaminado”, houve morte de peixes, caranguejos e tartarugas e um forte cheiro na água. Pontuou também que, nas comunidades do interior, a alocação dos recipientes de agrotóxicos constituía-se em um problema, pois não

havia um local protegido do vento e chuva, tratando-se de um poço que recebia os vasilhames vazios e que exalavam cheiro. Além disso, um agravante, pois as águas desse rio eram utilizadas por moradores próximos para “dar água aos animais e até mesmo para a higiene pessoal”. A explicação dada pelos agrônomos quanto ao incidente é que “a grande maioria dos produtores rurais tem consciência dos problemas que podem resultar de um descuido na manipulação dos agrotóxicos e mesmo sendo maioria, sofrem pela minoria, que não acredita em preservação”.

No cerne da narrativa jornalística apresentada estão duas questões de fundamental importância para o entendimento da utilização dos agrotóxicos, às quais devemos atentar. A primeira, diz respeito à forma com que esses produtos são utilizados pelo agricultor. E na segunda, à destinação das embalagens vazias. Na visão expressa pelo jornal, o incidente ocorrido que contaminou as águas do rio deveu-se ao “descuido” do produtor rural, considerando também que se tratava de um grupo minoritário que foi capaz de produzir a contaminação da água e a morte de parte da fauna.

A explicação de que a contaminação por agrotóxicos se devia ao uso inadequado ou “descuido” era bastante comum entre as décadas de 1960 a 1990. Colocava-se sobre o agricultor a responsabilidade pelo infortúnio, ao mesmo tempo que eximia o fabricante e a substância contaminadora. Tratava-se de uma explicação simplista, pois havia outros fatores determinantes para que houvesse contaminação por agrotóxicos, sendo importantes, as variantes como o nível educacional, o acesso à orientação técnica, e uso de máquinas e equipamentos adequados (Garcia, 1996, p. 03).

Quanto a ser um grupo minoritário de agricultores que promoveu o incidente devido a inexistência de uma “consciência preservacionista”, maquiava o que era uma tendência à época. Ou seja, a captação da água de rios, riachos e sangas para a aplicação dos agrotóxicos era, em geral, um costume partilhado rotineiramente pelos agricultores. Nesse sentido, houve a intenção do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Soledade em direcionar uma campanha de conservação do solo e do meio ambiente. Uma das ações realizadas entre esse órgão e a prefeitura municipal era a de colocar máquinas da prefeitura, como retroescavadeiras e moto niveladoras, para que os

agricultores pudessem realizar a construção de açudes para captação de água para os pulverizadores (*Folha de Soledade*, 12 ago. 1989, p. 9).

Em novembro de 1989, na mesma localidade (Água Branca), outra reportagem do jornal pesquisado estampava em sua capa: “Agrotóxico mata” reforçava a visão da culpabilidade do agricultor por acidentes com agrotóxicos. Segundo essa:

Sai ano, entra ano e a mesma coisa se repete, a região do Mormaço, é sem dúvida a mais afetada pela falta de controle e irresponsabilidade dos produtores rurais, os quais comprometem o meio ambiente com a contaminação por agrotóxicos. Henrique Hein [...] é sem dúvida a pessoa que mais tem sofrido pela irresponsabilidade de outros agricultores que não obtiveram ainda a consciência da preservação. Pelo terceiro ano consecutivo, a propriedade desse produtor é invadida por resquícios de agrotóxicos afetando diretamente seus bens (*Folha de Soledade*, 16 nov. 1989, p. 1).

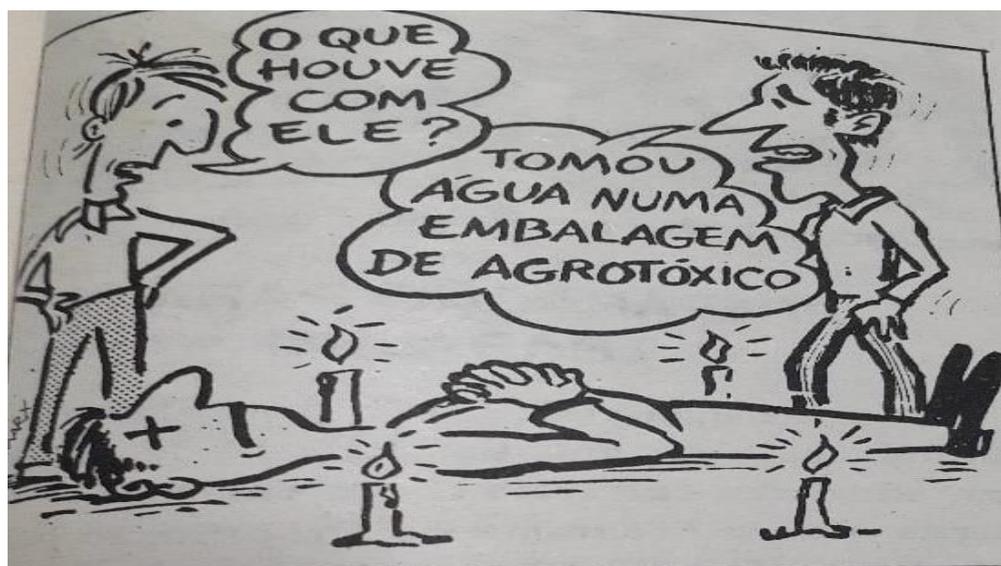
Na sequência da mesma reportagem, a *Folha de Soledade* mencionava ainda que foram encontrados ao longo do leito do rio *Taquara da Lixa* e arredores muitas latas e vidros de agrotóxicos, dentre os quais a Trifluralina, Scepter e Muracran. A Trifluralina, é um composto químico do grupo da dinitroanilina, indicada para o controle de ervas daninhas, assim como a herbicida Scepter pertencente ao grupo químico imidazolinoma (Embrapa, 1983, p. 34). Ambos são usados antes do plantio da soja e possuem classe toxicológica III (pouco tóxico), embora existisse na bula de ambos a ressalva de que eram produtos perigosos ao meio ambiente, altamente móveis e apresentavam um alto potencial de deslocamento no solo, podendo atingir, principalmente, águas subterrâneas (Dinitroanilina; Imidazolinoma, 1989). Quanto ao terceiro composto químico citado na reportagem, não foi encontrada nenhuma referência na bibliografia pesquisada.

A *Folha de Soledade* registrou que “os agrotóxicos têm sido a solução para a lavoura se usados de modo correto ajudam resolver o problema das pragas, doenças e ervas daninhas” (*Folha de Soledade*, 15 dez. 1990, p. 11). No geral, a posição do veículo de comunicação remetia ao pensamento de que os agrotóxicos eram necessários ao desenvolvimento das lavouras, mas traziam problemas sérios a saúde humana, animal e ao meio ambiente. Na notícia

divulgada em dezembro de 1990, acompanha uma caricatura significativa com o título “Veneno continua a fazer vítimas”.

Nela, existem três personagens adultos, todos homens, e um deles está morto, deitado ao chão com velas ao redor. Segue um diálogo no qual se constatou como a causa da morte foi pela ingestão de água numa embalagem de agrotóxico.

FIGURA 1. REUTILIZAÇÃO DE EMBALAGENS



Fonte: Folha de Soledade, 15 dez. 1990.

A hipotética situação chama a atenção para a discussão sobre destinação das embalagens vazias e seus impactos no meio ambiente e na saúde humana. Revela, ainda, uma visão estereotipada do homem rural, remetendo a ideia de um agricultor leigo quanto aos perigos da reutilização de recipientes de agrotóxicos. Como relatou Madalena Maria dos Santos Telecken, agricultora de Posse Generoso, comunidade rural de Soledade:

Meu marido, depois que passava o veneno na lavoura, costumava trazer alguns galões para casa. Para nós, era útil porque dava para fazer baldes para tratar os animais. Então nós lavávamos bem, abria eles no meio para fazer de cocho para o trato, ou então, abria só a tampa em cima, assim, era possível carregar a comida dos animais e a água (Telecken, 2022).²

² Madalena Maria dos Santos Telecken. Entrevistada em 07 de abril de 2022. Acervo do autor.

O uso de embalagens de químicos para outros fins era praticado, principalmente com os galões de plástico. Entretanto, entre os relatos que recolhemos dos entrevistados, não há nenhum que mencione algum acidente relacionado com esse tipo de procedimento que tenha causado contaminação de pessoas ou animais. Um outro meio que pode estar ligado a essa problemática, no entender do agricultor entrevistado Valdir Pimentel:

A máquina de passar veneno que nós usávamos era uma Hatsuta, para puxar a água para encher, era uma bomba (motor) que fazia o serviço, ligada no cardã do trator, quando nos acionávamos, começava a encher o tanque. Às vezes, quando o tanque estava cheio, a bomba era desligada e um pouco da água do cano voltava (Pimental, 2021).³

A opinião de Pimentel colabora para inferir que a contaminação nas águas de rios e sangas poderia ser gerada pelo equipamento utilizado pelo agricultor, no caso, o pulverizador. Portanto, nem sempre as máquinas e implementos, símbolos de eficiência no trabalho agrícola e um dos pilares da modernização da agricultura, garantiam a segurança ambiental.

Conforme Nodari *et al.* (2017, p. 82) a legislação era bastante permissiva com relação às intoxicações causadas a humanos e aos danos ao meio ambiente relacionados aos agrotóxicos; não existia nenhuma fiscalização quanto aos procedimentos mínimos de segurança. Pontua-se, ainda, que o jornal, embora crítico ao uso de agrotóxicos, corrobora com o argumento da indústria. Colocou o agricultor no centro, como responsável pelos incidentes e desconsiderou os milhões de toneladas de agrotóxicos que eram produzidas e lançadas anualmente nas lavouras, como forma de atender uma agricultura de mercado que tem no lucro seu principal objetivo.

O uso intenso de agrotóxicos em Soledade, principalmente nas lavouras de trigo, milho e soja, com destaque para a oleaginosa que em 1960, apresentou 80 hectares de área plantada e 84 toneladas colhidas (IBGE, 1960, p. 136), para 37.141 hectares de área plantada e 55.259 toneladas colhidas em 1985 (IBGE,

³ Valdir Pimentel. Entrevistado em 19 de novembro de 2021. Acervo do autor.

1985, p. 581), e produziu também uma grande quantidade de vasilhames, cujo descarte era problemático, trazendo perigos à natureza.

No período anterior ao pesquisado nesse artigo, 1989-1990, não havia ainda em nosso país uma legislação específica que orientasse o agricultor quanto aos procedimentos para o descarte das embalagens de agrotóxicos. O que normalmente se fazia era a escavação de uma vala simples, onde esses objetos eram colocados. Essa forma de descarte era inadequada porque não existia proteção ao lençol freático ou aos mananciais hídricos próximos; os recipientes ficavam expostos ao sol e às chuvas. Quando o local estava repleto de embalagens, a vala era coberta com terra. Era comum também o acúmulo desses itens na propriedade dentro de galpões ou mesmo ao ar livre, ou então deixados ou jogados na beira de sangas e rios.

As leis que regulamentaram a utilização de agrotóxicos são do final da década de 1980 e início dos anos 2000. Destaca-se a Lei nº 7.802 de 1989 que, entre outros pontos, dispunha sobre o transporte, armazenagem, controle, fiscalização, comércio, utilização, propaganda comercial, pesquisa e experimentação (Reinato, 2012, p. 85). Quanto à regulamentação das embalagens vazias de agrotóxicos, houve a alteração da Lei nº 7.082/89, através da Lei nº 9.974/2000 que, responsabiliza o agricultor, que deve realizar a tríplice lavagem, inutilizar as embalagens e guardá-las em local seguro, até a devolução no mesmo local onde comprou o produto (REINATO, 2012, p. 86).

A *Folha de Soledade*, ao assumir uma posição aberta e crítica com relação a utilização de agrotóxicos nas lavouras de Soledade, também deixava espaço para reportagens que mostravam a possibilidade de uma agricultura alternativa. Nesse sentido, o jornal acolheu artigos de opinião e notícias gerais. Em um dos artigos, o engenheiro agrônomo Ângelo Ribeiro concedeu seu ponto de vista destacando a necessidade de uma agricultura que oferecesse outros caminhos:

O esquecimento de um dos princípios básicos da agricultura antiga, de que a praga é um indicador biológico, resultou num comportamento que está transformando a agricultura moderna em um veículo biocida (assassino da vida). O uso indiscriminado de químicos na lavoura, a derrubada de florestas, a agressão aos nossos solos causando a erosão e a destruição de nossa

fauna e flora, depõe contra a moderna agricultura [...] sem esquecer que essa opção pela degradação da vida está a serviço do grande capital nacional e internacional (Folha de Soledade, set. 1989, p. 04).

Para reverter esse quadro, o autor do artigo apontava outros rumos à agricultura, indicando a “rotação de culturas, consorciação, cobertura verde consorciada a uma nutrição adequada à planta, evitando-se adubos químicos e priorizando os orgânicos”. Assim na visão do autor seria possível “modificar o esquema montado pelo capitalismo”, no sentido de que a agricultura dependia da química industrial para continuar produzindo o que “contrariava os ciclos da natureza”.

O jornal destacou a novidade à época no controle da lagarta-da-soja, ressaltando a possibilidade de um controle biológico que diminuiria a necessidade do uso de agrotóxicos. Tratava-se do *Báculovírus (Baculoviridae)*, tecnologia criada na Embrapa Soja de Londrina, na década de 1980 e utilizada pela primeira vez, no Rio Grande do Sul, na safra de 1981/82. Consiste na aplicação de um vírus que ataca de forma seletiva a lagarta-da-soja permitindo o seu controle (Secchi, 2002, p. 50).

A reportagem, exibida nas páginas da *Folha de Soledade*, enfatizava ser uma técnica simples, mas ainda pouco usada pelos agricultores locais. Apesar disso, a matéria reiterou os dados positivos dessa nova prática de controle de pragas; chamou a atenção para diminuição no uso de agrotóxicos se a nova técnica fosse posta em prática; alertou para os efeitos satisfatórios realizados até então e, quanto ao manejo do produto, em que se recomendou a realização de amostragem conhecida como “pano-de-batida”. O agrônomo citado na reportagem, Ademir Corbelini, explicou que “quando houver uma média de até 40 lagartas pequenas (com até 1,5 cm) ou até 10 lagartas grandes (4 cm), por batida, era o momento certo para a aplicação do *Báculovírus*” (18 nov. 1990, p. 3).

É preciso pontuar que a postura assumida pelo jornal, que destacou em suas páginas a possibilidade de os agricultores utilizarem uma agricultura alternativa, também deve ser pensada a partir do avanço do movimento ecológico no Brasil, em 1980. Nesse sentido, a possibilidade de maior organização e comunicação dos movimentos populares com a abertura política

e simultaneamente, o surgimento de grupos contestatórios à moderna agricultura e seus impactos negativos no meio ambiente e na sociedade, tiveram influência na expansão das ideias em torno de uma agricultura agroecológica (Montero; Londres, 2017, p. 57-58). Conforme se verificou, se tratou de uma discussão importante, pois, ecologia, saúde e agricultura buscavam alternativas capazes de estabelecer uma relação entre si.

Considerações finais

Diante do exposto, os agrotóxicos representaram um importante recurso para o desenvolvimento das lavouras, estando associados ao pacote tecnológico da Revolução Verde; sendo difundidos pelo mundo com a internacionalização da agricultura. No Brasil, com o processo de modernização da agricultura, essa tecnologia ajudou a controlar as pragas e doenças, contribuindo para o aumento da produção e da produtividade agrícola, tendo a sua utilização se popularizado entre os agricultores locais no período estudado.

Em Soledade/RS, o jornal *Folha de Soledade* noticiou o uso dos agrotóxicos, mostrando os impactos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, constatou-se que o semanário, no recorte temporal entre os anos de 1989 e 1990, apresentou um posicionamento crítico, uma vez que denunciou em vários momentos os problemas ambientais diretamente relacionados a eles, como a poluição da água, solo e a morte de animais, ao mesmo tempo, acolheu e publicou artigos de opinião e notícias que contemplavam a relevância dos agrotóxicos para efetivação de um bom rendimento produtivo.

Pontua-se, ainda, que embora crítico com relação ao uso dos agrotóxicos, propagando ideias de uma agricultura alternativa, o veículo de imprensa analisado colocou o agricultor como principal responsável pelos incidentes que causaram danos ambientais, reforçando, portanto, o discurso da indústria química e ajudando a construir e estigmatizar a imagem de um agricultor leigo e inconsequente.

Ao findar esse trabalho de pesquisa, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos

concedida que, juntamente Arquivo Histórico Municipal de Soledade, tornaram possível esse estudo, propiciando novas interpretações sobre a agricultura local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Lei Federal 7.802**, DF, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

DINITROANILINA: Líquido. Responsável técnico Nortox S.A. Paraná: Nortox, 1989. **Bula.** Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/trifluralina_nortox.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

DUBOIS Gaetan; MOREIRA Josino Costa; PERES, Serge Frederico. Agrotóxicos, saúde e ambiente: Uma introdução ao tema. In: MOREIRA, Josino Costa; PERES, Frederico. **É veneno ou é remédio: Agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. p. 21-43.

EMBRAPA. **Informações sobre os herbicidas recomendados para a cultura da soja no RS e SC**. Passo Fundo: Embrapa, 1983.

FERREIRA LEITE, Carlos H. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**, Araguaianas, v. 7 n. 1, p. 3-17, 2015.

FOLHA DE SOLEDADE. Soledade: 1984-1990. Arquivo Histórico Municipal. Prefeitura Municipal de Soledade.

GARCIA, Eduardo. **Segurança e saúde no trabalho rural com agrotóxicos: contribuição para uma abordagem mais abrangente**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo agropecuário de 1960** – Rio Grande do Sul, VII Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1960.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo agropecuário de 1985** – Rio Grande do Sul, XI Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1991.

IMIDAZOLINONA: granulado. Responsável técnico Basf S.A. Rio de Janeiro: Basf, 1989. **Bula.** Disponível em: https://www.adapar.pr.gov.br/sites/adapar/arquivos_restritos/files/documento/2020-10/scepter_70_dg.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

KRENISKI, Gislania Carla P; AGUIAR Maria do Carmo P. O jornal como fonte histórica: A representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, jul. 2011. p. 1-14. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300663138_ARQUIVO_artigovagabundos-1.pdf. Acesso em: 29 dez. 2021.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana L; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: UNESP, 2006.

MENEZES, Sônia. A mídia, a memória e a história: A escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 35-65, dez. 2012.

NODARI; Eunice S.; NODARI, Rubens O.; CARVALHO, Miguel Mundstock X. de. Defensivos ou agrotóxicos? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. **História, Ciência e Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 75-91, jan./mar. 2017.

REINATO, Rosicler Aparecida de Oliveira; GARCIA Roberta Bonamichi Guidi; ZERBINATTI, Oberdan Everton. A situação atual das embalagens vazias de agrotóxicos no Brasil. **Engenharia Ambiental**, Espírito Santo do Pinhal, v. 9, n. 4, p. 079-094, out./dez. 2012.

SECCHI, Valdir Antônio. Baculovírus, mais do que uma grande descoberta: Uma revolucionária alternativa aos agrotóxicos. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural**, Porto Alegre, v. 3 n. 3, p. 49-54, jul./set. 2002. Disponível em: https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n3/revista11_alternat_ecolog.pdf. Acesso em 29 dez. 2021.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: Considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, jul./dez. 2010.

VEIGA, Marcelo Motta. Agrotóxicos: Eficiência econômica e injustiça socioambiental. **Ciência e saúde coletiva**, Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 145-152, abr./jul. 2006.